



ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO PARTICIPATIVO DA SUBPREFEITURA DO BUTANTÃ OCORRIDA EM 05/06/2023.

Conselheiros Presentes: Xenia Regina Vaz de Sousa, Carlos Eduardo de Souza, Ernesto Kenshi Carvalho Maeda, Ginalvo Silva de Santana, Marilucia Nascimento dos Santos Camilo (Mari), Munir Augusto Niss, Paulo Eduardo Alves Martins, Ramiro Iodjhn, Rosana Maria Henrique. **Conselheiros Ausentes:** Ana Valéria Ramos, José Carlos Evangelista, Monalisa Gonçalves, Pedro Paulo Marques Guasco. **Faltas justificadas:** José Alexandre Araújo Negrini.

Representantes de órgãos públicos: Casa Civil da PMSP - Sergio F. Domingos; Subprefeitura do Butantã - Alessandro Di Carlo Formigoni e Felipe Santos; SPTrans - João Lindolfo Filho, da SP Trans; e CET - Sr. Clayton Dias.

A reunião ocorreu de forma híbrida (presencial com transmissão on-line, simultânea), com primeira chamada realizada às 19h00, iniciando-se após a segunda chamada, às 19:30, sendo a reunião coordenada pela conselheira Xênia Regina Vaz de Souza e secretariada pela conselheira Rosana Maria Henrique.

Aprovação da Ata da reunião ocorrida em 08/05/2023. Será submetida a aprovação na próxima reunião.

Abertos os trabalhos, sem que houvesse posições contrárias, foi atendida a solicitação do convidado representante do SPTrans, de inversão da pauta, iniciando-se a reunião pela apresentação do Sr. **João Lindolfo**, responsável pela Assessoria de Articulação Comunitária da SPTrans. O convidado relatou que, muito embora sua rotina de trabalho tivera se iniciado extremamente cedo naquele dia, por volta das 5h00, não poderia deixar de atender ao convite de participar da reunião, uma vez que, a missão da Articulação Comunitária é exatamente de promover a aproximação ente a SPTrans e as entidades da Sociedade Civil Organizada, tal qual, o CPM do Butantã. Explanou de forma sucinta a demanda do Órgão relacionada aos transportes públicos em geral e colocou-se à disposição naquilo que for possível.

Finalizada a apresentação a palavra foi aberta para que os presentes pudessem expor questões ligadas à operação dos transportes públicos do Butantã, seguidos dos respectivos esclarecimentos.

A Sra. **Marilda Lima** reivindicou maior número de ônibus e de ampliação de horários para a linha que atende o trajeto Vila Gomes – Avenida Paulista. Informou que o terminal Vila Gomes não oferece condições adequadas para que os motoristas e cobradores possam desfrutar seus 15 minutos de pausa, para o almoço e descanso. Solicitou também maior cuidado na higienização dos ônibus. Em resposta, o Sr. **João Lindolfo** ofertou como solução, a construção de uma base de apoio aos motoristas, tal qual uma guarita. Esclareceu sobre os procedimentos de higienização da frota, explanou sobre o método dimensionamento da frota e horários.

O conselheiro **Ramiro** solicitou esclarecimentos sobre as adequações necessárias a serem implantadas no ponto final da linha Jardim Rosa Maria, ao que o interlocutor da Subprefeitura do Butantã, **Felipe Santos** informou que a demanda foi encaminhada, por meio de ofício, e o Sr. **João Lindolfo** informou que as adequações formalizadas serão apreciadas.

O Sr. **Oscar Martins** alertou sobre o aumento das ocorrências de atropelamentos e acidentes de trânsito envolvendo ônibus, muitos deles em razão da não observância das leis de trânsito pelos motoristas de ônibus, sendo que uma das possíveis razões desses acidentes o uso indevido do celular ao dirigir. Expôs também o perigo pelo qual passam os pedestres e motoristas que vêm em sentido oposto, quando os ônibus articulados, de grande porte, entram em ruas menores, em alguns casos, quase subindo na calçada. Relatou o susto que passou ao sair de uma reunião do Fórum dos Idosos, quando estava conversando na calçada e quase foi atingido por um ônibus que saindo da Av. Francisco Morato, fez uma curva aberta para entrar na rua Santa Crescência, na Vila Sônia, na esquina do Parque Chácara Jockey. Observou que muitas ruas, são tão estreitas, que não comportam a manobra de entrada dos gigantes ônibus articulados, sendo necessário que o SPTrans proceda a alteração de determinados trajetos. O Sr. **João Lindolfo** explanou sobre o rígido treinamento pelo qual passam os motoristas de ônibus e solicitou a formalização da demanda de forma que ele possa providenciar o devido treinamento. Orientou a todos, que na formulação de reclamações informem o prefixo do veículo. Garantiu, no entanto, que a principal finalidade não é agir de forma punitiva, mas sim, reforçar ações de treinamento junto ao motorista.

O conselheiro **Santana** sugeriu que todas as reclamações sejam encaminhadas diretamente à coordenação do Conselho, de forma que possam ser, dessa forma devidamente encaminhadas. A conselheira **Xenia** informou ao Sr. João Lindolfo que faltam atualizações para algumas das reclamações enviadas ao SPTrans, ao que o representante solicitou lhe seja informado sobre quais seriam as pendências.

O Sr. **João Lindolfo**, em resposta aos questionamentos de **Sonia Hamburg** sobre dois projetos do distrito Butantã esclareceu, em primeiro, que a implantação de ciclofaixa no canteiro na Av. Corifeu de Azedo Marques está sendo tratado em diretoria específica da SPTrans e que seguirá o modelo fixo, igual ao existente na Av. Elizeu de Almeida. Em relação à preocupação da população, quanto a retomada da implantação de túnel cujo trajeto passará embaixo do Parque da Previdência e Praça Elis Regina, que volta à tona depois de anos, em razão de reinserção desse projeto no Plano Diretor, informou que embora esse assunto não tenha relação direta com a SPTrans, mas sim com a infraestrutura da cidade, vai tentar se informar a título de conhecimento.

O Sr. **Tauwan**, morador do João XXIII, reclamou que os ônibus que servem o bairro João XXIII, comumente, quando não estão lotados, quebram ao longo do percurso, até mesmo aos domingos assim como ocorre com a linha 748-R. Além disso, os horários disponibilizados nos pontos, nunca são cumpridos tanto nos horários de pico, quanto nos horários mais tranquilos. Questionou se já foi disponibilizada mais uma linha com destino ao Jaçanã. O Sr. **João Lindolfo** esclareceu que todas as empresas operadoras de transporte público coletivo ao assinarem o contrato de concessão devem seguir os critérios de operação estipulados em tabela específica e a fiscalização do cumprimento é feita pela SPTrans, em toda a área de abrangência dos serviços, mesmo que enorme. Na sequência, explanou alguns dos critérios para estabelecer o trajeto das linhas em bairros com elevada demanda. Um deles é, ao invés de prover duas linhas para o mesmo ponto, busca-se ofertar mais partidas (mais volume), sob a lógica de ofertar viagens mais curtas, porém mais volumosas. Ressaltou também a estratégia de ofertar ônibus menores para circular nos bairros e, para os terminais, ônibus maiores, com linhas circulares e interbairros. Adicionou a esses pontos, a estratégia adotada pela SPTrans de evitar a sobreposição e ofertar linhas para locais sem nenhum serviço de transporte público.

A Sra. **Catarina**, expositora e artesã, na feira da Praça Elis Regina, informou que, por conta de problema de saúde, utiliza um carrinho de mão para transportar todas as suas mercadorias e quando está com ele, com frequência, os motoristas de ônibus não param, embora ela tenha o maior cuidado de não causar nenhum transtorno aos passageiros. Recomendou que os motoristas sejam orientados a tratarem os passageiros com respeito, ainda mais àqueles que se encontram em condições de maior vulnerabilidade. O Sr. **João Lindolfo** solicitou que a reclamação seja formalizada, sem esquecer de informar o prefixo da linha, hora e local da ocorrência.

O Sr. **Alessandro Formigoni** observou que poucos conselhos têm a oportunidade de tratar tantos assuntos quantos os que tem havido. Agradeceu a participação do Sr. João Lindolfo, responsável pela Assessoria de Articulação Comunitária da SPTrans, a quem descreveu como uma pessoa desprendida, totalmente vocacionada ao bem público, motivos pelo quais, garantiu-lhe apoio permanente da subprefeitura do Butantã.

A primeira etapa da reunião foi encerrada passando-se ao próximo ponto da pauta, qual seja, a análise das defesas dos conselheiros João Evangelista e Munir Augusto Niss, por conta de faltas na reunião.

Assuntos e discussões:

A coordenadora **Xenia** informou ter recebido as defesas de ambos os conselheiros, em tempo regimental e, que de acordo com o Regimento Interno, perderá o mandato o conselheiro com três faltas consecutivas sem justificativa e, ato contínuo, deu início a leitura da defesa do conselheiro José Carlos Evangelista, nos termos apresentados na reunião Ordinária de 08 de maio de 2023. Em apertada síntese, dentre as alegações, o conselheiro informou que, embora mantenha boa relação com a subprefeitura, em nenhum momento, no início do mandato foi contatado, recebeu convocação ou convite para participar das reuniões do Conselho. Relata que, nesse começo embora estivesse em viagem, sua secretária continuou tentando realizar esse contato, porém sem sucesso e, somente a posteriori, quando soube que era conselheiro, passou a frequentar as reuniões.

Aberto o debate, a coordenadora **Xenia** informou que a reunião de 23 de março p.p. não pode ser contabilizada como presença, por não se tratar de reunião convocada pelo Conselho, mas sim de um convite de participação feito aos conselheiros pela subprefeita, à época. Enfatizou que, de acordo com o Regimento Interno poderá perder o mandato, o conselheiro que deixar de comparecer, injustificadamente, a mais de três reuniões e, nesse caso, a alegação de desconhecimento das reuniões não pode ser aceita, considerando que as reuniões constam das atas publicadas em Diário Oficial. Além disso, o calendário das reuniões poderia ser obtido diretamente junto à Subprefeitura do Butantã, junto a qual o conselheiro alega manter bom relacionamento.

O conselheiro **Ramiro** dirigindo-se à coordenação, solicitou que fosse verificada a presença ou não dos conselheiros em voga, Munir e José Carlos Evangelista na reunião, quer presencialmente ou on-line, ao que a coordenadora **Xenia** confirmou a presença apenas do conselheiro Munir, que se encontrava on-line.

Colocada em votação, a defesa do conselheiro José Carlos Evangelista apresentada na reunião Ordinária de 08 de abril de 2023 foi indeferida por unanimidade. No momento em que a coordenadora Xenia enfatizou que será aplicado o Regimento, o conselheiro **Ramiro** requereu que o interlocutor da Subprefeitura, o Sr. Felipe Santos, cientifique o interessado sobre a aplicação do Regimento.

Ato contínuo, após confirmar que o conselheiro **Munir** encontrava-se virtualmente presente na reunião, a coordenadora passou a leitura da sua defesa na qual, em síntese, alegou que suas faltas se deram em razão de ter ingressado, recentemente, no curso noturno de Marketing da Universidade Makenzie e que, a maioria de suas faltas ocorreram no período inicial, quando as reuniões não ocorriam de forma híbrida. Com o estabelecimento da modalidade híbrida de reunião, sua presença tornou-se possível.

Concedida a palavra ao conselheiro **Munir**, ele ratificou que o principal motivo de suas ausências, deveu-se ao ingresso na Universidade e solicitou ao Pleno que considerasse sua proatividade possível de ser constatada mediante o rol de trabalhos que vem executando em prol da comunidade do Real Parque Morumbi. No entanto, em que pese todo seu esforço, afirmou que acatará a decisão do Pleno.

Passou-se a discussão do assunto.

A conselheira **Mari** embora tenha sido informada pelo próprio conselheiro Munir de que ele não encaminhava justificativas prévias ao Pleno quando de suas faltas, ainda sim, lhe concederia o alibi de que as reuniões não eram inicialmente híbridas. Acrescentou a questão de que são tão poucos os conselheiros no CPM que o desligamento de mais um, trará desvantagem ao Conselho. Pelos motivos expostos posicionou-se a favor da defesa.

O conselheiro **Ernesto** referindo-se ao teor das defesas, afirmou entender que não eram situações iguais. E que votava pela cessação do mandato, pelo não encaminhamento prévio das justificativas de falta, pelo conselheiro. Além disso, o conselheiro ponderou que a não aceitação, mantém a coerência das decisões, prevenindo a abertura de brechas para recursos semelhantes aos quais não cabe aceitação dessa justificativa.

O conselheiro **Ramiro** alertou que a votação ainda não fora aberta e solicitou aos conselheiros que aguardassem o momento oportuno. Felicitou o conselheiro Munir pela dedicação aos estudos, mas ao se dispor a ser conselheiro distrital, há de se fazer o possível de comparecer às reuniões. continuar sendo trazidos ao Conselho que os receberá de mesma forma, independentemente de estar como conselheiro ou não. Também o parabeniza pelos trabalhos realizados em sua região.

O conselheiro **Santana** afirmou que o Conselho não pode ser parcial e a responsabilidade ética e condição democrática das decisões não pode ser subtraída dos processos, razão pela qual, concordou com as colocações feitas pelo conselheiro **Ramiro**.

Colocada em votação, a defesa apresentada pelo conselheiro Munir Augusto Niss foi rejeitada por 09 (nove) votos contrários, 02 (dois) votos favoráveis e nenhuma abstenção.

Passou-se ao último ponto da pauta, qual seja, o processo de participação na elaboração do Projeto de Lei Orçamento Cidadão (PLOA 2024).

A coordenadora **Xenia** informou que o CPM Butantã recebeu, por e-mail, a planilha com a relação as propostas encaminhadas pelos munícipes, via Plataforma Participe Mais e apresentadas na audiência pública realizada na sede da subprefeitura do Butantã, em 26 de abril de 2023.

Dito isso, abriu a palavra para os munícipes.

Falas dos munícipes e respectivos esclarecimentos.

Tawan solicitou esclarecimentos sobre o processo de escolha das propostas do orçamento participativo.

Em resposta ao munícipe, o representante da subprefeitura do Butantã, **Felipe Santos**, procedeu a leitura do e-mail com orientações sobre o processo de análise das propostas, encaminhado ao CPM Butantã e Interlocutores do CPM, pela Coordenadoria de Planejamento da PMSP, que segue transcrito: *“Prezados/as Coordenadores/as e Interlocutores/as do COM. No âmbito do processo participativo para a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária 2024, segue planilha com as propostas de munícipes referente a sua Subprefeitura. Este mesmo arquivo foi encaminhado ao gabinete da Subprefeitura no dia 18/maio, aos cuidados do interlocutor, para que seja enviado ao Conselho Participativo Municipal (Processo SEI 6017.2021/0021370-5). Com o intuito de facilitar a análise por parte dos CPM, o arquivo anexo apresenta a relação de propostas por ordem decrescente de apoios recebidos na Plataforma Participe Mais. Ademais, as propostas elaboradas coletivamente nos eventos presenciais de Audiência Pública estão negritadas, de forma a facilitar sua identificação. Na etapa presente, os CPM devem priorizar, na sua área de atuação, as 15 propostas que entender mais relevantes, entre as enviadas pela população. Tais propostas seguirão para a etapa seguinte, de votação*

popular. O CPM tem autonomia na priorização de propostas, ainda que um grande número de apoios e a elaboração coletiva indiquem, de antemão, sua relevância. Recomenda-se ainda que o CPM, na análise e priorização das propostas, seja atento às demandas da população local, inclusive estimulando a participação da sociedade civil nas reuniões do conselho". O Sr. **Felipe Santos** acrescentou que os CPMs deverão encaminhar as 15 propostas priorizadas à Secretaria da Fazenda, até 11 de junho de 2023.

O Sr. **Alessandro Di Carlo Formigoni** enfatizou que, desde a Cerimônia de Posse, no Teatro Municipal, a Prefeitura demonstra que prioriza a participação dos conselheiros participativos nos processos decisórios, inclusive na escolha das propostas orçamentárias. Acentuou que nunca o Conselho foi tão prestigiado quanto vem sendo e solicitou muita atenção ao processo de escolha das propostas.

O conselheiro **Ernesto** propôs o seguinte encaminhamento, qual seja, que as propostas sejam avaliadas em reunião extraordinária, virtual, no dia 09, sexta-feira.

Ao suscitar questão de ordem, o conselheiro **Ramiro** solicitou a coordenadora a determinação de tempo para cada pessoa falar, de forma a oportunizar a participação de todos os presentes. Solicitou ainda que não sejam feitos encaminhamentos antes que todos os conselheiros tenham sido ouvidos.

Nesse ponto a reunião foi aberta à manifestação dos munícipes.

O Sr. **Elias** informou sobre a existência de uma lei de 2017, que garante a oferta de creches para mães que trabalham no período noturno, mas até agora não foi implantada.

A Sra. **Edylaine Rodrigues**, moradora do Morro do Querozene, descreveu o enorme esforço que foi participar da elaboração do PDE, em 2022. Relatou que protocolou diretamente na Prefeitura 8 propostas, pela dificuldade de encaminhá-las por meio da plataforma específica. Sobre esse encaminhamento, questionou até que ponto essas propostas foram consideradas na elaboração do PDE. O Sr. **Alessandro Di Carlo Formigoni** afirmou que todas as propostas recebidas na subprefeitura foram oficialmente encaminhadas à Prefeitura, no entanto, não pode garantir que serão contempladas. Afirmou, no entanto, que a proposta de implantação de ecoponto de economia solidária foi considerada.

O conselheiro **Santana**, reportando-se ao acesso à Plataforma Participe Mais, disse que esteve várias vezes com o Sr. Alessandro, na subprefeitura, relatando os problemas gravíssimos de funcionamento e da dificuldade que a população, principalmente os mais carentes, de acessar esse sistema. Essa situação e as falhas na divulgação das audiências, com certeza dificultaram ou, até mesmo, impediram a participação popular em processos decisórios importantes. O conselheiro enfatizou sobre a necessidade de a Prefeitura reconhecer essas falhas e promover a correção delas.

A Sra. **Diva** da Cohab Raposo, disse que o PDE é um Plano de extrema complexidade, um verdadeiro conto de fadas, com inúmeras nomenclaturas e termos técnicos que a população não entende, motivo pelo qual se vê fora das discussões. Recomendou que o PDE seja discutido nas comunidades, utilizando uma linguagem que todos possam compreender.

O Sr. **Felipe Santos** informou sobre a confusão que havia se estabelecido naquele momento, o que poderia levar as conclusões errôneas. Esclareceu que o assunto que estava sendo discutido é o PLOA- Projeto de Lei Orçamentária e não o PDE- Plano Diretor Estratégico. Alertou e reiterou que o prazo para o encaminhamento das 15 propostas escolhidas seria até dia 11 de junho (domingo). Ao ser questionado sobre possível dilatação do prazo, respondeu que talvez pudesse conseguir.

O Sr. **Tawan** disse não ter ficado sabendo da audiência ocorrida no dia 26 de abril para a apresentação das propostas pelos munícipes. A conselheira **Rosana** informou que as audiências foram divulgadas e que esteve no dia 06 de abril, momento em que apresentou propostas individual e participou da encaminhada em grupo pelos munícipes do distrito Butantã. Esclareceu que a ampla divulgação cabe ao órgão organizador, ao passo que aos conselheiros cabe colaborar, na medida do possível, informando aos munícipes.

O Sr. **Oscar** concordou com o conselheiro Santana, no que diz respeito as falhas de divulgação das audiências e expôs sua dificuldade de compreender a finalidade daquela reunião do dia 26 de abril, para a qual recebeu um convite por telefone. Ao comparecer ao encontro que imaginava ser uma reunião, foi pego de surpresa, ao tomar ciência da finalidade do encontro.

A Sra. **Denise** questionou sobre o andamento do pedido de fechamento da Rua Emilio Pilon, relatou a dificuldade de transitar naquela via, principalmente, em emergências, que envolvem o acesso de ambulância.

Respondendo a munícipe, o Sr. **Felipe Santos** informou que está ciente desse processo e, nesse sentido, disse que irá verificar os requisitos legais a serem atendidos para o fechamento da rua. Quanto a divulgação das audiências informou sobre os canais de divulgação popular da Prefeitura, citando o Instagram.

O conselheiro **Santana** discorreu sobre a enorme responsabilidade do Conselho em garantir que os processos ocorram de forma democrática com a participação da sociedade e reiterou a necessidade de se promover a democratização da Plataforma Participe Mais.

Pautas para a próxima reunião:

Aprovação das atas das reuniões de 08 de abril e 05 de junho de 2023.

Próxima reunião Extraordinária do CPM Butantã, a ser agendada para o início da semana, e seguindo o prazo regimental de convocação, terá como pauta a análise e priorização de 15 propostas do Butantã para elaboração do Projeto de Lei Orçamentária - PLOA – 2024.

Não havendo mais nenhum assunto a ser discutido, a Coordenadora encerrou a reunião.



Xenia Regina Vaz de Souza
Coordenadora do CPM Butantã



Rosana Maria Henrique
Conselheira do CPM Butantã